



24788
PL 1258
2013/103

PL 1258
2013.00103
Id: 24788

Resumos

SESSÃO I: Economia local da Castanha-do-Brasil

Capital social, acesso a recursos e vulnerabilidade na cadeia de valor da castanha (*Bertholletia excelsa*) na Calha Norte, Pará

Marcelo Cunha, Freie Universität Berlin (FU), Berlim

Objetiva-se compreender a relação entre capital social, acesso a recursos e vulnerabilidade de atores da cadeia de valor da castanha-da-amazônia no Baixo Amazonas com foco em comunidades quilombolas de Oriximiná e no mercado de Óbidos. O arcabouço analítico contempla conceitos e evidências empíricas para possibilitar o entendimento da relação entre estas três variáveis, como insumo para o fortalecimento participativo da cadeia de valor. Os dados socioeconômicos e ambientais são coletados através de entrevistas com agro-extrativistas e reuniões em nível de comunidades. Resultados indicam que há, entre outros componentes, o 'capital social que une' comunitários entre si, e o 'que faz a ponte' que os conecta a atores a jusante da cadeia de valor, possibilitando o acesso a recursos (naturais, de mercado e de políticas públicas, e serviços), e, por sua vez, potencialmente a redução da vulnerabilidade. Atravessadores externos às comunidades, não autorizados, não podem comprar a respectiva castanha-da-amazônia, podendo resultar em oligopsônios locais no nível das comunidades. Devido à confiança, relações de coleta e comercialização da castanha-da-amazônia trazem mais benefícios mútuos entre a associação AMOCREQ da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira em Oriximiná e a Exportadora Mundial, em Óbidos, apesar de distâncias mais curtas para o mercado de Oriximiná.

Certificação melhora as práticas de manejo e aumenta renda?

Lúcia Wadt, Embrapa Rio Branco, Acre

A certificação de produtos florestais não madeireiros (PFNM) ainda é um desafio quando comparado à madeira, especialmente por causa da diversidade de produtos e necessidade de padrões de certificação específicos. A falta de informações ecológicas e aspectos sociais ligados aos PFNM é outro gargalo à certificação. No entanto, o manejo de PFNM é visto como a melhor alternativa para promover a produção sustentável, conservar as florestas e apoiar a subsistência das famílias extrativistas.

Este trabalho de pesquisa compara os benefícios ambientais e socioeconômicos da certificação da produção de castanha-do-brasil para 231 produtores extrativistas de 17 comunidades da fronteira trinacional: Brasil, Bolívia e Peru. Foram avaliados aspectos da certificação orgânica, Fairtrade e florestal. O estudo foi realizado nos anos de 2006 e 2007 e teve como objetivos: analisar as diferenças em boas práticas de manejo entre produtores certificados e não certificados; identificar os benefícios socioeconômicos associados com a certificação; e registrar a percepção dos produtores quanto aos benefícios da certificação.

A certificação orgânica e Fairtrade foram associadas com melhores práticas de pós-coleta e maiores preços de venda do produto, enquanto que a certificação florestal esteve associada com o planejamento pré-coleta.

Workshop: Castanha-do-Brasil. Perspectivas multidisciplinares sobre um produto da sociobiodiversidade amazônica, Belém/Brasil, 26/27 de novembro 2013



Com relação à percepção dos produtores, na Bolívia foi onde houve um maior número de produtores que consideraram a certificação como um fator positivo para a produção de castanha-do-brasil. Isto porque os produtores obtiveram benefícios financeiros e sociais. No Peru, a percepção foi de moderadamente positivo, onde 50% dos produtores consideraram positiva e 50% consideraram sem efeito algum. No Brasil 49% dos produtores consideraram a certificação positiva, porém 29 % avaliaram a certificação com negativa. Essa percepção dos castanheiros brasileiros esteve relacionada com os poucos ou nenhum benefício alcançado com a certificação.

Neste trabalho foi verificado que a certificação pode agir como mecanismo regulatório para a pós-coleta, organização e gestão de cooperativas e aprendizado para o produtor quanto a qualidade do produto. No entanto, apesar desses benefícios, também foi verificado que há obstáculos e resistências à certificação, especialmente devido ao adicional de trabalho, fragilidade no cooperativismo, desigualdade nas relações comerciais e relacionamentos bem estabelecidos com intermediários.

Sugere-se que a parceria com cooperativas, doadores e organizações governamentais e não governamentais pode ser uma forma de minimizar esses obstáculos fortalecendo os objetivos de conservação e desenvolvimento associados com a certificação. De uma forma geral, os resultados dessa pesquisa evidenciaram que as comunidades ainda não estão preparadas para se apropriarem dos benefícios que a certificação pode proporcionar, pelo menos nos moldes em que esse processo tem ocorrido na atualidade.